

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAA n. 0720.0002602/2023

Ao quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, no plenário da Câmara Municipal de Presidente Prudente, localizada na Avenida Washington Luiz, 544, Centro, Presidente Prudente, foi realizada audiência pública convocada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, com o objetivo de ouvir a população, o Poder Público e a sociedade civil, viabilizar o acesso e a coleta de informações e favorecer o diálogo entre as partes interessadas nos autos do **Procedimento Administrativo de Acompanhamento n. 0720.0002602/2023**, instaurado, mediante sistema SIS-MP Digital, visando acompanhar as medidas adotadas no âmbito municipal e estadual para **atenção, proteção e segurança nas escolas no município de Presidente Prudente**.

Compuseram a mesa de trabalho o Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Akira Mizusaki, 3º Promotor de Justiça de Presidente Prudente, que presidiu a sessão; o Excelentíssimo Senhor Edson Tomazini, Prefeito Municipal de Presidente Prudente; a Excelentíssima Senhora Doutora Marcela Papa Paes, Juíza de Direito da Vara do Júri e da Infância e Juventude de Presidente Prudente; o Excelentíssimo Senhor Doutor Gustavo Silva Tamaoki, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial da Educação (Geduc) de Presidente Prudente; o Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Galindo Ortega, 5º Promotor de Justiça de Presidente Prudente; a Excelentíssima Senhora Doutora Ieda Maria Cavalli Filgueiras, Delegada

Seccional da Polícia Civil de Presidente Prudente; o Excelentíssimo Senhor Doutor, Matheus Nagano da Silva, Delegado da Central de Polícia Judiciária da Polícia Civil; o Ilustríssimo Sr. Júlio César Domingues, Major e Coordenador Operacional do 18º Batalhão da Polícia Militar do Interior;

Estiveram presentes, ainda, a Ilustríssima Senhora Marta de Andrade Primo Mendes de Oliveira, Secretária Municipal de Educação de Presidente Prudente; a Ilustríssima Senhora Alice Maria de Aguiar Filgueiras, Dirigente Regional de Ensino; a Ilustríssima Senhora Silvana Moreli Vilches, Supervisora de Ensino; o Ilustríssimo Senhor Fábio Luis Almeida Diamante, 1º Sargento do 14º Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar; os Ilustríssimos Vereadores da Câmara Municipal de Presidente Prudente, senhor Douglas Kato Pauluzi, a senhora Joana D'Arc Patrício do Nascimento, o senhor Demerson Dias, a senhora Miriam Brandão, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, senhor Tiago Santos de Oliveira, o Ilustríssimo Senhor Emerson de Barros Bermudes, Capitão Comandante da 5ª Companhia do 18º Batalhão da Polícia Militar, o Ilustríssimo Senhor Silvio de Oliveira Zandonadi, 1º Tenente Comandante da 1ª Companhia do 18º Batalhão da Polícia Militar, entre outros.

Iniciados os trabalhos, foi dada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Akira Mizusaki, 3º Promotor de Justiça, o qual declarou aberto os trabalhos da presente Audiência Pública, passando a palavra ao primeiro convidado, o Ilustríssimo Senhor Júlio César Domingues, Major e Coordenador Operacional do 18º Batalhão da Polícia Militar do Interior, que cumprimentou os integrantes da mesa e os presentes, expôs os programas atuantes no município de Presidente Prudente, como o Proerd, que atua na

prevenção de crimes, ministrando aulas para alunos do 5º ano do ensino fundamental, na tentativa de ensinar sobre os riscos do uso de drogas, resistência a violência, bullying, e o programa da vigilância solidária escolar, atuando nas escolas estaduais de Presidente Prudente, no que tange a questão da segurança predial da instituição de ensino, destacando a atuação da comunidade junto à direção escolar na prevenção e apontamentos sobre situações que geram insegurança junto a instituição de ensino. Destacou ainda que embora Presidente Prudente seja um município com grande número de escolas, não houve ataques, invasões a escolas como notório os acontecimentos em âmbito nacional nos últimos anos, ressaltando que a atuação da Polícia Militar se resume em Presidente Prudente a proteção predial, comportamental, atuando junto à direção escolar para solução dos problemas, enfatizando sobre a importância da comunicação via telefone 190 para atuação da Polícia Militar de forma imediata.

Passada a palavra à Excelentíssima Senhora Doutora Ieda Maria Cavalli Filgueiras, Delegada Seccional da Polícia Civil de Presidente Prudente, cumprimentando os integrantes da mesa e os presentes, expondo sobre as funções da Polícia Civil na repreensão aos crimes, iniciando-se com a comunicação do crime e a devida investigação dos fatos para posterior análise persecutória penal pelo Ministério Público, ressaltando que o papel na presente Audiência Pública é reafirmar a parceria entre Polícia Civil e as instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, na repreensão a eventuais crimes ou atos infracionais cometidos, bem como citou a existência do NEECRIM, Núcleo utilizado para composição/ mediação de conflitos visando a atuação de forma preventiva. Ressaltou que a presente Audiência Pública reforça ainda mais a parceria entre Polícia Civil, Ministério Público, Secretária Municipal de Educação e Diretoria Regional de Ensino.

Em sequência, o Excelentíssimo Senhor Doutor Fernando Galindo Ortega, 5º Promotor de Justiça de Presidente Prudente, com atribuição em âmbito criminal, cumprimentou todos os integrantes da mesa e presentes e expôs sobre a importância da Audiência Pública como instrumento de diálogo para identificação e solução das demandas sociais como a presente questão da segurança escolar, compartilhando a ideia exposta pela Dra. Ieda sobre a parceria entre as instituições, bem como ressaltando a intenção da referida Audiência Pública é a identificação de demandas e a necessidade da participação da população local visando a melhor identificação, considerando ainda que tais demandas são constantemente mutáveis, justificando a necessidade da audiência pública.

Após, passou a palavra para o Excelentíssimo Senhor Doutor Gustavo Silva Tamaoki, Promotor de Justiça do GEDUC de Presidente Prudente, cumprimentou todos os integrantes da mesa e presentes, expôs sobre a aprovação da Lei n. 14.811 de 2024, a qual prevê, dentre as medidas de proteção para garantir a segurança nas escolas, a participação da comunidade na sua aplicação, ressaltando que o papel dos órgãos de segurança pública na aplicação desta lei é garantir a segurança de forma anônima, não interferindo na função do ambiente escolar, ressaltando que o ambiente escolar é local de liberdade, de ensino, de aprendizagem, de diversão. Ressaltou ainda a importância de estabelecer protocolos de segurança para a aplicação da Lei n. 14.811/2024 visando dar tranquilidade aos professores, profissionais da educação e alunos.

Em seguida, a Excelentíssima Senhora Doutora Marcela Papa Paes, Juíza de Direito da Vara do Júri da Infância e Juventude de Presidente Prudente iniciou sua exposição cumprimentando todos os integrantes da mesa e todos os presentes, parabenizando as instituições e a liderança do Ministério Público. Ressaltou a importância do diálogo e articulação entre as instituições é fundamental para manter as instituições de ensino alertas e preparadas para atual realidade. Destacou a importância de ouvir as demandas como passo fundamental para a preparação na prevenção de tais adversidades. Enfatizou ainda a função da escola como lugar de expressão, de desenvolvimento, diversão, e não é o local para temor. Finalizou ressaltando a importância de trabalhar com a prevenção, trabalhando com políticas públicas preventivas e treinamento na aplicação.

Passada a palavra para a Secretária Municipal de Educação de Presidente Prudente, a Ilustríssima Senhora Marta de Andrade Primo Mendes de Oliveira, a qual iniciou sua exposição cumprimento a todos e agradecendo a oportunidade de diálogo e colaboração entre as instituições. Salientou também a função da escola como lugar de acolhimento, de ensino, de aprendizagem, de cuidado com o entorno, com os relacionamentos, enfatizando a importância de cada um entender o seu papel dentro da escola. Expôs sobre a importância de reforçar e traçar novas metas visando o fortalecimento de vínculos. Ressaltou a importância de ouvir todos os segmentos, desde a visão do estudante no ambiente escolar, como os professores e as famílias, finalizando sobre a importância da escuta para os planejamentos.

Continuando a solenidade de abertura, passada a palavra para o Prefeito Municipal de Presidente Prudente, o Excelentíssimo Senhor Edson Tomazini, que iniciou agradecendo a todos, em especial ao Ministério Público na pessoa do Dr. Marcos Akira Mizusaki, Promotor de

Justiça presidente da sessão. Relatou sobre a participação da Câmara Municipal desde o início dos acontecimentos no ano de 2023, lembrando das participações importantes da Polícia Civil do Estado de São Paulo nas investigações sobre as ameaças de ataques. Ressaltou sobre a segurança da região de Presidente Prudente, sendo a mais segura do Estado. Voltou a falar sobre as reuniões realizadas com os educadores e instituições de segurança pública e privada na prevenção e atuação. Salientou, por fim, sobre o papel de todos na proteção dos mais vulneráveis.

Após, passou a palavra para a Ilustríssima Senhora Alice Maria de Aguiar Filgueiras, Dirigente Regional de Ensino, cumprimentando todos os presentes e informando sobre o número de alunos e municípios que fazem parte da região da respectiva Diretoria Regional de Ensino de Presidente Prudente. Após, passou a agradecer a colaboração da Polícia Militar e Civil na prevenção e solução dos problemas de segurança na região. Salientou sobre a responsabilidade da escola e DRE na segurança da criança e do adolescente em ambiente escolar. Finalizou ressaltando sobre o plano de atendimento expedido pela Secretária de Educação do Estado de São Paulo e a necessidade de sugestões de todos para aprimorar o referido plano e demais atuações institucionais.

Finalizando a solenidade de abertura, foi passada a palavra novamente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Akira Mizusaki, o qual agradeceu novamente a todos, em especial ao Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores que cederam o espaço para a realização da Audiência Pública, ao Prefeito Municipal e Secretária Municipal de Educação por toda a intervenção municipal na atuação junto a sociedade, à Exma. Sra.

Dra. Marcela pela competência na atuação junto a Vara do Júri e Infância e Juventude de Presidente Prudente, à Exma. Sra. Dra. Ieda pela relação estreita entre Polícia Civil e judiciário na atuação de repreensão aos crimes e atos infracionais cometidos, ressaltando a importância da Polícia Civil, aos Exmos. Sr. Drs. Fernando Galindo Ortega e Gustavo Silva Tamaoki pela participação e atuação junto ao Ministério Público e a Polícia Militar, instituição que atua com destreza e orgulha a região face a sua atuação ímpar. Salientou sobre a instauração do procedimento administrativo no Ministério Público a partir dos eventos nacionais em 2023 e sobre as reuniões realizadas para a tomada de providências. Ressaltou ainda que a Audiência Pública é o instrumento hábil utilizado para que a sociedade tome conhecimento das medidas adotadas pelas instituições de segurança pública e pelo judiciário. Enfatizou, por fim, a necessidade de colaboração de todos para melhoria da segurança nas escolas de Presidente Prudente e o papel das Polícias Civil e Militar junto ao Judiciário neste contexto.

Iniciando as explicações, o Exmo. Sr. Dr. Matheus Nagano, Delegado da Central de Polícia Judiciária, tomou a palavra, informando que desde o início dos ataques em âmbito nacional, a Polícia Civil dividiu os crimes a serem investigados na cidade de Presidente Prudente, ressaltando que é uma preocupação constante da Polícia Civil na atuação e repreensão devido a gravidade da situação. Ressaltou ainda que todas as investigações sobre as supostas ameaças no decorrer de 2023, não houve nenhum indicativo de que haveria ação criminosa nas escolas de Presidente Prudente. Informou também que o trabalho de inteligência da Polícia Civil começou em 2022, monitorando todas as escolas. Destacou que qualquer ocorrência, ao ser acionada a Polícia Militar, já é trazido ao conhecimento da Polícia Civil que inicia o trabalho de inteligência, destacando ainda que a Polícia

Civil conseguiu identificar cem por cento dos casos. Realçou que à época das ameaças de ataques às escolas, tomou conhecimento que próprios alunos, com o fim de se evadir da aula, criavam situações, e os responsáveis não entravam em contato com a direção e professores da escola, ressaltando que no contexto atual da sociedade, *“as pessoas não querem acreditar nas instituições. Elas querem acreditar naquilo que elas querem acreditar”*. Salientou ainda que cem por cento dos casos averiguados foram concluídos que eram notícias falsas e que a Polícia Civil investiga todos os casos. Finalizou enfatizando a importância da criação dessa rede e atuação de forma conjunta com o fim de evitar eventual próximo episódio de ameaça a ataque as escolas, pedindo à população que acreditem nas instituições como Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Escolas.

Em sequência, foi passada a palavra para o Major Júlio César Domingues, Coordenador Operacional do 18º Batalhão da Polícia Militar, que iniciou sua explanação detalhando os programas da Polícia Militar relacionados à Segurança nas Escolas. Primeiramente, iniciou falando do programa Ronda Escolar, sendo o programa mais antigo em Presidente Prudente, informando que a Polícia Militar tem um programa exclusivo direcionado a segurança nas escolas no município, com treinamento do policial, escolha de perfil do policial para atuar nessa área, destacando a divisão territorial da Polícia Militar na cidade em duas companhias, visando a melhor atuação. Destacou sobre a parceria com a Secretaria de Educação, a qual contrata o policial militar em sua folga para trabalhar na escola, complementando que a atuação da Polícia Militar atinge as 141 escolas de Presidente Prudente, seja municipal, estadual ou particular. Abordou ainda sobre as orientações passadas aos diretores escolares na atuação contra um possível atirador presente na escola. Na sequência, passou a explicar sobre o programa Segurança Solidária Escolar, destinado a adaptar a estrutura física da

escola visando evitar esse tipo de ocorrência, ataque. Explicou que o referido programa foi instituído após averiguar que a principal deficiência nas escolas em termos de segurança contra ataques é o controle de acesso, principalmente contra ex-alunos. Após a parceria com a Secretaria de Educação e Diretoria Regional de Ensino, houve o investimento em câmeras, controle de acesso e melhoria significativa em toda a estrutura. Explanou ainda sobre o programa PROERD, destacando-o como o mais importante, atuando na prevenção primária, visando incentivar contra a prática de crimes, atuando na orientação as crianças que atuam no 5º ano do ensino fundamental contra violência, bullying, etc. Ressaltando que o programa está em vigência em cem por cento das escolas municipais de Presidente Prudente. Após, realçou a região de Presidente Prudente como a mais segura do Estado de São Paulo, justificando que em nossa região há diálogo e parceria entre as instituições da Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário, e que a implementação dos programas em âmbito estadual também ocorrerá em âmbito municipal, como o programa da Vigilância Solidária Escolar, que tem como finalidade melhorar a estrutura física visando o melhor controle de acesso às escolas. Por fim, ressaltou a importância do telefone 190 visando a imediata atuação da Polícia Militar contra às ocorrências envolvendo segurança nas escolas.

Após, iniciou sua explanação a Ilustríssima Senhora Silvana Moreli Vilches, Supervisora de Ensino da Diretoria Regional de Ensino, informando ser representante do programa Conviva da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em sua fala, abordou o programa Conviva, informando que ele foi criado por meio da Resolução n. 48 de 2019, porém, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo passou a atuar contra a violência nas escolas em 2009, quando foi criado o Sistema de Proteção Escolar e Comunitário, sendo aprimorado até a recente criação do programa Conviva. O referido programa

foi criado com o fim de transformar a escola em um ambiente acolhedor, solidário, seguro e colaborativo, com projetos e ações articuladas. Como principais eixos, destacou a convivência, colaboração, articulação pedagógica e psicossocial, proteção, saúde e segurança escolar. Afirma que o objetivo do programa é apoiar e engajar as ações voltadas à segurança escolar dentro das equipes escolares e dentro das diretorias de ensino, buscando transformar a escola em um ambiente colaborativo e positivo, local apto para desenvolver as habilidades socioemocionais dos alunos como empatia, respeito e colaboração. Afirmou ainda que o programa busca a permanência do aluno na unidade escolar, enfatizando que “...*não basta dar acesso ao aluno, o aluno precisa permanecer no ambiente escolar.*”, ressaltando que para que o aluno permaneça na escola, é necessário que ele se sinta seguro, acolhido, dando-lhe plenas condições para desenvolver o seu lado intelectual, físico e psicossocial.

Explanou ainda que o Conviva visa abrir espaço para o acolhimento da comunidade escolar, com intuito de trazer os pais para participar na escola, acompanhando regularmente os filhos dentro do ambiente escolar. De tal forma, a articulação visa não só a participação dos pais, mas também da comunidade e do entorno dela, com ações de articulação e fortalecimento junto as redes protetivas, assistência social, saúde. Continuou informando que o programa Conviva, dentre suas interfaces, atua nas escolas também através de psicólogos, denominados de psicólogos educacionais, informando que dentro da rede estadual de ensino, possui quatro psicólogas educacionais realizando atendimento de acolhimento, realizando escutas ativas, anamnese, analisando o entorno da escola, os problemas da escola, realizando rodas de conversa, bem como o papel de justiça restaurativa. Explica ainda que os casos mais graves, que demandam maior atenção, são realizados atendimentos de acolhimento e passado para o gestor da unidade escolar e rede protetiva.

Ainda sobre o programa Conviva, informou que nas escolas são colocados cartazes, contendo endereços e telefones de todas as redes protetivas, incluindo Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e demais instituições que colaboram. Continuando sobre as interfaces do Conviva, há o programa chamado Escola Mais Segura, que busca fortalecer a educação para redução de riscos e trabalhar a resiliência no local, tratando a resiliência como *“a adaptação a situações diversas que possam vir a acontecer”*. Tal programa é existente tanto na Secretaria de Educação, como a Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e Defesa Civil. Continuou informando que dentro Conviva há também o programa de Vídeo Monitoramento, que são câmeras instaladas nas escolas monitoradas pelo Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública, informando que 95% das escolas estaduais, em torno de 5100 escolas monitoradas, e em Presidente Prudente há em torno de 933 câmeras instaladas em ambientes externos, 245 câmeras em ambientes internos, como corredores, pátios, quadras, e 360 câmeras dentro das salas de aula, ressaltando que o referido programa traz bastante segurança no que diz respeito ao monitoramento e dificuldade de acesso.

Continuando sua apresentação, a Ilma. Sra. Silvana ainda expôs sobre os outros programas dentro do Conviva, como o programa Vizinhança Solidária Escolar, o qual mostra à comunidade a importância da parceria com a Polícia Militar. Tal programa consiste na criação de um grupo na plataforma *“WhatsApp”* pelo gestor da unidade escolar, junto à Polícia Militar e todo o entorno da escola, como funcionários, zeladores, gestores. Exemplificou a atuação do programa mencionando que quando um alarme é disparado em uma escola, é imediatamente acionada a vizinhança solidária, com avisos ao diretor e a Polícia Militar, encaminhando-se ambos até o local, mencionando ainda que o programa também visa a proteção patrimonial da instituição

pública contra arrombamentos, furtos. Salientou ainda que no mesmo campo de visão do programa mencionado, há o Serviço de Vigilância e Segurança Patrimonial, serviço que iniciou há um ano e atinge em torno de dez escolas estaduais, consistindo na figura de um vigilante patrimonial desarmado, o qual possui a finalidade de tornar a escola em um clima seguro, saudável, interagindo com os alunos, mostrando-os a importância de preservação da escola.

Ainda dentro do Conviva, apresentou também o aplicativo 190, que tem como finalidade registrar as ocorrências escolares diretamente em conjunto com a Polícia Militar, a qual, após receber a ocorrência, se dirige imediatamente até a escola. Apresentou ainda o aplicativo Botão do Pânico, existente no Diário de Classe Digital do docente e das funcionalidades do gestor da escola, devendo ser acionado em casos extremos, onde existe uma situação de andamento iminente, atentado contra a vida ou a integridade física. Ressaltou que após apertado o botão, a Polícia Militar chega até o local em três minutos, orientando a equipe da escola para que tal equipamento não seja acionado a menos que exista um caso grave.

Destacou ainda o protocolo de segurança n. 179, o qual direciona o diretor da escola de que forma agir em determinadas situações, quem acionar e como acionar, ressaltando que é de suma importância que o protocolo esteja presente no cotidiano da direção escolar. Em sequência, explanou sobre a antiga funcionalidade denominada Placom, destinada a registrar as ocorrências escolares, porém, após verificada a necessidade de a gestão escolar continuar acompanhando o andamento da ocorrência, foi criado então o aplicativo Conviva SP. Ressaltou que conforme o caso, são acionadas as psicólogas que estão nas escolas e feito o encaminhamento para as redes protetivas, havendo, portanto, um acompanhamento desde o início da ocorrência até o desfecho. Esclareceu ainda que embora há a necessidade de

acompanhamento da vítima, é de suma importância cuidar do agressor, como pontua *“Nós temos que cuidar do aluno que agrediu, porque senão ele vai voltar a agredir”*, concluindo que é importante o acompanhamento com o agressor em face da necessidade dele em ter um apoio, em ser ouvido e encaminhado para a rede protetiva, visando trazer esse aluno para a escola novamente, estando apto a aprender e se desenvolver.

Expôs ainda que há nas escolas o Plano de Convivência, o qual busca realizar ações robustas e de eficácia contra bullying, cyberbullying, violência contra criança ou adolescente, contra a mulher, suicídio, entre outros, possuindo caráter preventivo, visando sensibilizar os alunos também contra o racismo, diversidade, sexualidade. Concluiu sua fala informando que são diversos projetos que são desenvolvidos nas escolas, e agradeceu a todos pela oportunidade de participação.

Em seguida, passou a palavra para a Secretária Municipal de Educação de Presidente Prudente, a Ilustríssima Senhora Marta de Andrade Primo Mendes de Oliveira, a qual iniciou sua explanação citando os programas da Diretoria Regional de Ensino, como bem explanada pela Supervisora Silvana, informando muitos programas já são aplicados também em âmbito municipal pela Secretaria Municipal de Educação, sempre orientando os gestores das escolas da rede municipal visando deixá-los atentos a todo e qualquer sinal e comunicar a Polícia Militar, Polícia Civil. Ainda no mesmo contexto, agradeceu a segurança pública de Presidente Prudente pela colaboração e segurança proporcionada em ambiente escolar. Ressaltou que há um ano, em ação promovida pela Prefeitura Municipal, foi traçada ações visando manter a segurança nas escolas, ressaltando ainda a união das instituições como ponto muito importante para manter a tranquilidade no trabalho a ser realizado. Expôs ainda a importância até do contato direto via

WhatsApp com toda a segurança pública, possuindo maior respaldo até nas orientações aos pais para não disseminar notícias sem a sua devida apuração.

Informou ainda que houve treinamento no Inova Prudente, realizado pela Polícia Civil, sobre procedimentos, medidas preventivas de segurança, a toda equipe escolar, resultando em uma parceria entre as instituições com diálogo e melhorias nos planos de atuação. Destacou ainda os programas citados na presente Audiência Pública, como o Vizinhança Solidária e o PROERD, sendo este último de suma importância na educação das crianças e prevenção de crimes. Após, explanou sobre o programa Bombeiro nas Escolas, o qual já resultou em mais de 1800 estudantes formados em tal programa e o Curso de Primeiros Socorros, ministrado pelo Sargento Fábio, indicando que em 2023, houve 70% dos profissionais municipais formados no referido curso de primeiros socorros, informando que a Lei 13.722 de 2018, a qual visa proteger as crianças do ensino infantil e básico, de acidentes em ambientes escolares, tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas públicas e privadas.

Chamado para um breve relato, foi passada a palavra para o Ilustríssimo Senhor Fábio Luis Almeida Diamante, 1º Sargento do 14º Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, iniciando sua exposição cumprimentando a todos os presente e explicando que trabalhava anteriormente na cidade de Atibaia, onde havia um grupo de gestão com participação da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Militar e Corpo de Bombeiros, ressaltando o diálogo entre as instituições, e que escolheu trabalhar em Presidente Prudente pela capacidade da cidade em proporcionar qualidade de vida aos seus moradores e por sua segurança. Em menção ao curso informado pela Secretaria Marta, informou que inclusive foi homenageado na cidade de São Paulo, devido Presidente Prudente

ser a cidade com maior número de capacitações, realizadas pelo Sargento Fábio, ressaltando que o curso na verdade visa a qualidade de vida das crianças e de toda população educacional, abrangendo professores, diretores e colaboradores de todas as instituições. Ressaltou ainda o trabalho realizado pelo Comando do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar em geral para que ele e toda equipe possam realizar as capacitações e orientações. Por fim, o Sargento Fábio explicou que além dos primeiros socorros, ensina técnicas de combate a incêndio, rota de fuga, e inclusive sobre saídas em situações de emergência das próprias escolas em uma situação de risco, complementando que pode verificar presencialmente que está sendo colocada em prática os protocolos e orientações de segurança nas escolas.

Retornando a palavra à Secretária Municipal de Educação de Presidente Prudente, a Ilustríssima Senhora Marta de Andrade Primo Mendes de Oliveira ressaltou a importância de cada instituição e cada profissional entender o seu papel em proporcionar segurança nas escolas de Presidente Prudente. Em seguida, falou sobre o Decreto n. 34.791 de 2023, o qual cria e regulamenta o programa Agente de Trânsito, Mirim, nas escolas do município de Presidente Prudente. Após, informou sobre um projeto piloto realizado com as escolas que aderiram ao projeto, visando uma empresa de segurança realizar consultoria e treinamento de segurança em escolas, sendo que atualmente quatro escolas aderiram ao projeto, no qual a empresa Militium foi vencedora da licitação e já está realizando o trabalho de desenvolvimento nas escolas, realizando diagnóstico e avaliação de risco.

Por fim, encerrou sua participação ressaltando sobre a parceria entre as instituições, ressaltando a necessidade de cada profissional e instituição entender seu papel e realizar o necessário visando não prejudicar o

outro, colocando um vídeo para todos os presentes assistirem sobre os planos e trabalhos aplicados no ano de 2023.

Terminada a exposição dos participantes convidados, foi passada a palavra ao Excelentíssimo Senhor Doutor Marcos Akira Mizusaki, o qual iniciou sua explanação colocando um slide com dados estatísticos do Brasil, informando número de ataques realizados nas escolas nos últimos 24 anos, bem como que 30% dos casos foram na época da pandemia, analisando ainda que todos os casos do Brasil envolveram pessoas do sexo masculino, como autores, ressaltando que na maioria dos casos, os autores de ataques foram vítimas de bullying enquanto estudaram na escola que realizaram ataque. Realçou que não há indícios de adolescentes do sexo feminino como autoras de ataques e sim tentativas contra a própria vida, aumentando significativamente o número de suicídios. Salientou que atualmente há uma disfunção da saúde mental dos jovens causada por questões multifatoriais, como famílias distantes, uso descontrolado de aparelhos eletrônicos, uso de drogas ilícitas, falta de perspectiva de futuro. Enfatizou a atuação do Ministério Público junto da Polícia Civil, Polícia Militar e Judiciário na identificação e busca da punição, bem como contando com a articulação de toda a rede. Ressaltou ainda a finalidade da audiência pública que é trazer ao conhecimento da população o que cada instituição tem realizado ainda que o cidadão não pudesse participar, visto a transmissão ao vivo pela internet.

Após, foi passada a palavra para a Ilustríssima Senhora Joana D'Arc, vereadora de Presidente Prudente, para uma breve exposição, a qual iniciou cumprimento a todos os presentes e agradeceu o convite. Explanou a todos sua participação na educação no município, sendo 31 anos como

diretora de escola e ressaltando que em muitos momentos não houve a segurança adequada, citando quando era diretora da Escola Estadual Monsenhor Sarrion e havia apenas um inspetor para cuidar de dois mil alunos, se valendo do contato, parceria e diálogo com os pais para a construção de um ambiente mais seguro na escola. Relembrou os ataques noticiados no Rio de Janeiro, enfatizando que a prevenção é fundamental para evitar os ataques e/ou outros tipos de crimes. Finalizou agradecendo a todos pela atuação das instituições e que atualmente enxerga um ambiente escolar mais segura face tal atuação.

Terminada as explicações, passou a Audiência Pública para a fase de questionamentos do público, havendo dois questionamentos, o primeiro realizado pela sra. Rosa Belão, diretora de escola municipal e representante de conselho de escola, questionando em sua fala se o Ministério Público possui conhecimento de fato da atuação da Secretaria Municipal de Educação em relação às estruturas físicas das escolas, ressaltando que a escola onde atua foi assaltada há menos de vinte dias. Ressaltou ainda em seu questionamento que é contra a colocação de muros, mas é a favor da colocação de grades, indicando que há escolas que as telas de proteção estão furadas e há fuga de crianças.

Em resposta, o Exmo. Sr. Dr. Marcos Akira explanou que o Ministério Público tem um posicionamento de que as estruturas físicas das escolas devem ter um caminho positivo, porém, dentro de um limite orçamentário do município, ressaltando que a funcionalidade e segurança nas escolas é a prioridade, informando que algumas situações relacionadas a estrutura física da escola são chamadas de estruturas secundárias. Salientou que

todas as escolas são acompanhadas pelo Geduc de Presidente Prudente, e a medida que houver a identificação de demanda, pela participante ou outra pessoa, que esteja prejudicando a funcionalidade ou a questão estrutural esteja causando prejuízo imediato aos alunos, poderá fazer encaminhamento formal ao Ministério Público.

Em sequência, o Exmo. Sr. Dr. Gustavo Tamaoki, Promotor de Justiça do Geduc abordou a participante que realizou o questionamento informando que o Geduc enviou questionário a todas as escolas visando obter informações de ordem estrutural de cada, incluindo os casos urgentes, sendo tal questionário elaborado pelo Núcleo de Assessoria Técnica do Ministério Público. Ressaltou ainda que após o preenchimento do questionário pelas escolas, o Geduc possui o objetivo de dialogar junto a Secretaria Municipal de Educação visando elaborar um plano de correção das deficiências apontadas, começando pelas mais urgentes e realizar se cabível um Termo de Ajustamento de Conduta, ressaltando ainda os limites orçamentários do município.

Seguindo para o último questionamento, realizado pela sra. Inês Pereira Rodrigues, agente de organização, informando que na última quinta-feira, ao apartar uma briga entre alunos, foi desferido um soco por um aluno em seu queixo, registrando posterior boletim de ocorrência em face da agressão, porém, informou que foi orientada a “retirar” o boletim de ocorrência tendo em visto que “perderia” a causa contra o aluno por se tratar de adolescente, questionando como proceder no caso.

Em resposta, o Exmo. Sr. Dr. Marcos Akira Mizusaki explicou que “...o registro de ocorrência envolvendo a prática de ato infracional, envolvendo adolescentes, ou, às vezes, até criança, envolve uma figura que chamamos de direito indisponível e que, portanto, independente da manifestação, inclusive da vítima, ela dizendo que não tem interesse, e isso vai ser dado seguimento, porque, quando uma criança ou adolescente pratica um ato infracional, se presume que ele esteja em situação de risco. Estando, portanto, em situação de risco, nós temos que verificar essa situação e, eventualmente, aplicar alguma medida a esse adolescente e, se for criança, esse boletim de ocorrência será encaminhado ao conselho tutelar.”, explicando ainda que em nada irá adiantar comparecer na delegacia e retirar o boletim de ocorrência, já que, uma vez realizado, seria iniciado o trabalho da Polícia Civil e posterior oitiva pelo Ministério Público para verificar se há situação de risco do agressor e posterior aplicação de medidas de proteção.

Em último ato, o Exmo. Sr. Dr. Marcos Akira Mizusaki agradeceu a presença de todos, informando que a audiência pública ficará gravada e disponibilizada na plataforma *Youtube* no canal da TV Câmara Presidente Prudente, ressaltando que a finalidade da gravação é expor para a sociedade o que vem sendo realizado pelas instituições de segurança pública, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, Secretarias de Educação, Diretoria Regional de Ensino, concluindo sua fala fazendo um pedido à população que qualquer mensagem ou informação que envolva um eventual ataque em alguma escola, que seja comunicada a Polícia Militar e Polícia Civil imediatamente, sem a necessidade de repassar as informações as outras pessoas, visto que o repasse de informação sem averiguação pelos órgãos causa desconforto e pânico na sociedade. Agradeceu a todos e finalizou a presente audiência pública.

A audiência pública foi gravada por meio de plataforma YouTube e sua íntegra pode ser acessada por meio do link abaixo:

https://mpspbr.sharepoint.com/:v:/s/3apjpprudente/EcvNQtAUZ8hNpRHqZCl6qnQBqebN3R0L8Z5bsfkR1qXF_Q?e=9Bb042

A lista de presença será digitalizada e juntada aos autos.

Eu, _____, Felipe Vincoletto Sereghetti Dias, Oficial de Promotoria da Infância e Juventude de Presidente Prudente, lavrei a presente ata que, lida e acha conforme, vai assinada pelo DD. Promotor de Justiça que presidiu a sessão.

MARCOS AKIRA MIZUSAKI

3º Promotor de Justiça de Presidente Prudente

Documento assinado eletronicamente por **MARCOS AKIRA MIZUSAKI**, em 10/04/2024 às 15:27.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0720.0002602/2023** e código e23823b2-f9b8-474e-b419-f4fbdc7c5d9b.